

Sugestões da Fiesp

Os 85 empresários que assinaram o documento entregue pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, ao senador Nelson Carneiro pedem que o Congresso Nacional transforme em lei o programa mínimo de governo, a vigorar até 15 de abril de 90, que contemple as seguintes prioridades, justificadas pelo diretor do departamento de economia da entidade patronal, Walter Sacca.

1) Venda imediata de todos os imóveis e outros bens não utilizados nas atividades-fim do Estado.

"É um reforço de caixa do setor público."

2) Realinhamento criterioso das tarifas e preços públicos.

"O reajuste das tarifas e preços públicos deve ser administrado, em curto período, para se evitar o impacto inflacionário e, ao mesmo tempo, reduzir o déficit governamental."

3) Reduzir os efetivos de pessoal até atingir o máximo constitucional de gastos no limite de 65% da arrecadação.

"O governo deve fazer o que quiser, até conceder aumento real ao funcionalismo, desde que cumpra o teto de gastar 65% da sua receita com a folha de pagamentos. Atingido o teto, não pode pagar nada."

4) Proibir o início de qualquer obra ou programa de gastos sem que haja recursos orçamentários correspondentes, e que não se destinem às áreas prioritárias de saúde, segurança e educação.

"Vira e mexe o governo descumpra sua própria diretriz. Por exemplo, é preciso parar a Ferrovia Norte-Sul."

5) Assegurar a confiabilidade e a independência dos órgãos que aferem o indexador da economia.

"A lei deve proteger a econo-

mia contra a manipulação dos índices de inflação, qualquer que seja o órgão apurador".

6) Assegurar à Nação que títulos públicos serão honrados nos seus prazos de vencimentos e que a moeda não será aviltada, mediante rigoroso controle da expansão monetária.

"A introdução do BTN fiscal já trouxe tranqüilidade ao mercado. Mas persiste a intranqüilidade social quanto ao eventual calote da dívida pública interna, que já alcança 26 a 30% do Produto Interno Bruto (PIB)."

7) Garantir gestão profissional para as empresas estatais produtivas, com determinação explícita para que sejam administrados seus débitos e déficits, sem aportes ou socorro por parte do poder público.

"Os empresários entendem que o governo Sarney não dará mesma prioridade à privatização. Mas o Tesouro não pode, indiscriminadamente, cobrir déficits de estatais. Deve apenas dar transparência às estatais eficientes, com a assunção de dívidas indevidamente contabilizadas nas suas empresas pela necessidade, no passado, de trazer recursos externos para o País."

8) Corrigir a política cambial e manter um alinhamento realista.

"Desvalorização cambial de 12 a 25% e mínis posteriores, com base na inflação real."

9) Garantir que os fundos sociais terão a sua aplicação restrita à finalidade para os quais foram criados.

"O dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço deve ir para a construção de habitações populares e não ficar girando no **overnight**. O do PIS/Pasep deve garantir o seguro desemprego."